

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA MEDIDA PELO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB.

Kátia Luciana Nolêto de Araújo Dantas
Guiomar de Oliveira Passos

Universidade Federal do Piauí - UFPI/ katialucianan@yahoo.com.br
Universidade Federal do Piauí - UFPI/ guiomar@ufpi.edu.br

Resumo: Este trabalho examina a qualidade da educação básica brasileira aferida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que combina o desempenho em exames padronizados (Prova Brasil, Saeb e Enem) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação). Vale-se da pesquisa documental, de leis e decretos, especialmente o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e dados do IDEB disponibilizados pelo Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Conclui que a qualidade aferida pelo IDEB, por meio das avaliações internas ou externas (Prova Brasil), não tem alcançado os resultados projetados, tanto em face da aprovação, quanto do desempenho escolar.

Palavras-chave: Qualidade da Educação; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB; Aprendizagem, Avaliação.

Introdução

A qualidade da educação entrou na agenda do Estado brasileiro primeiro com a Constituição Federal que, no inciso VII, do art. 206, anuncia "garantia de padrão de qualidade" como um dos princípios em que se baseia o ensino (BRASIL, 1988). Depois, na Lei nº 9.394/96 que estabelece “Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB”, como o padrão da educação escolar pública a ser garantido pelo Estado (BRASIL, 1996), e nos Planos Nacionais, instituídos pelas Leis nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 e Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, como uma das suas diretrizes e presente em inúmeras metas (BRASIL, 2014).

A inserção na agenda governamental se daria com o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, aprovado pelo Decreto nº 6.094, 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007c). Ali, não apenas o governo decidiu que esse seria um problema sobre o qual se debruçaria, como o priorizou como um dos que seriam objeto de intervenção.

Assim, a qualidade da educação que já ganhara foco e obrigatoriedade com a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e os Planos Nacionais, passa a ser objeto da decisão governamental. Isso, contudo, não definiu seus sentidos, tampouco a tornou precisa, pelo contrário, ampliaram-se entendimentos e as possibilidades de confundir perspectivas e o fenômeno qualificado (educação, ensino, aprendizagem).

Este texto examina o sentido de qualidade da educação que passou a integrar a agenda decisória do governo quando, por meio do Decreto nº 24 de abril de 2007, foi instituído o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Pergunta-se: que qualidade passou a integrar a agenda decisória do governo? Qual a qualidade do IDEB? Que qualidade o indicador tem medido? Deseja-se com isso, identificar os sentidos da qualidade da educação básica brasileira adotada pelo governo no PDE e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB e o que tem sido medido.

Metodologia

O estudo, de abordagem qualitativa e quantitativa, adotou procedimento de pesquisa documental, valendo-se, especialmente, do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e informações e dados do IDEB disponibilizados pelo Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Resultados e Discussão

O Plano do Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 24 de abril de 2007 e instituído como um dos programas finalísticos do Plano Plurianual 2008-2011, aprovado pela Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008, conforme a Mensagem do Presidente da República que encaminhou o Projeto de Lei ao Congresso Nacional, Mensagem nº 650, "reúne um conjunto de iniciativas articuladas sob uma abordagem do sistema educativo nacional, cuja prioridade é a melhoria da qualidade da educação básica" (BRASIL, 2007a, p. 16).

Para isso, consoante ainda a Mensagem presidencial, se organiza em eixos de ação sistematizados em programas específicos: para a educação básica, o Programa Compromisso Todos pela Educação; para a alfabetização e educação continuada, o Programa Brasil Alfabetizado; para o ensino profissional e tecnológico, o Programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológico, e, para o ensino superior, o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) (BRASIL, 2007a).

A qualidade, "objetivo prioritário" do eixo da educação básica, tem como medida o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Define, então, o Plano Plurianual, ao mesmo tempo, a medida da qualidade, os eventos empíricos nela considerados e as ações que a propiciam, gestão escolar, "qualidade do ensino e do fluxo escolar, valorização e qualificação de professores e profissionais da educação, inclusão digital e apoio ao aluno e à escola" (BRASIL, 2007a, p. 17).

As ações traduzem as 28 diretrizes que compõem o "Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação", instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, como meio de "conjugação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios" e de mobilização "das famílias e da comunidade", tendo em vista "a melhoria da qualidade da educação básica" (BRASIL, 2007b). A medida, o IDEB, o aferidor do cumprimento das metas fixadas pelos entes da federação, quando da adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Um e outro, tendo como foco a qualidade, sendo um o que precisa para a qualidade e o outro os resultados.

Há, aí, dois sentidos de qualidade: o relacionado à "variedade e quantidades mínimas de insumos necessários ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem" e o relacionado aos processos e "resultados representados pelo desempenho do aluno" (SANTOS, 2013, p. 78). Isso, se por um lado, evidencia a polissemia do termo e sua complexidade, já que nem mesmo no interior de uma mesma política há uma definição precisa do objeto da decisão, por outro, explicita-se a compreensão da articulação entre insumos, processos e resultados para a qualidade da educação no PDE, vale dizer, no governo.

Desse modo, coloca, ao lado dos três significados de qualidade presentes historicamente na sociedade brasileira, que Oliveira (2006) diz terem sido construídos — acesso à escola, fluxo ou progressão e desempenho — a definição de responsabilidades (do Estado, sociedade e família), das expectativas e os produtos. Com efeito, a qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação não é um valor abstrato, tampouco certo tipo de ensino ou de sujeito, mas, como diz Mello (2004, p. 30), mostra-se em iniciativas e ações para garantir a permanência "por tempo suficiente e com produtividade satisfatória para que [os alunos] adquiram os conhecimentos e habilidades indispensáveis à sua integração no mundo do trabalho e ao exercício pleno da cidadania". Para isso, tem no IDEB um indicador que "sintetiza informações de desempenho em exames padronizados com informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino)" (INEP, s.d., p. 1).

O IDEB, explica a Nota Técnica (INEP, s.d., p. 1), "é resultado do produto entre o desempenho e o rendimento escolar (ou o inverso do tempo médio de conclusão de uma série)". Para isso, utiliza-se dos dados "sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep [Saeb, para unidades da federação e para o país, e Prova Brasil – para os municípios]" (INEP, s.d., p.1). Desse modo, como ressalta a Nota Técnica, contrariando grande parte dos estudos sobre a qualidade, tem-se no IDEB uma combinação "de permanência e aprovação com aprendizagem" (INEP, s.d., p.1). Vislumbra o Índice, então, como explica a Nota Técnica, "um sistema de ensino ideal [...] aquele em que todas as crianças e adolescentes" têm acesso à escola, não desperdiçam tempo com repetências, não abandonam a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendem. (INEP, s.d., p. 1).

Por conseguinte, a ideia subjacente é de que educação de qualidade é aquela em que os educandos aprendem, pois tanto na definição dos insumos quanto na medida, o que se está em causa é a aprendizagem. Os resultados expressando, de forma sintética, o produto entre o desempenho e o rendimento escolar e comparando o alcançado com o projetado, mostram, a um só tempo, quantos ficaram na escola e aprenderam e o esforço a ser empregado para aumentar a aprendizagem. Eles apresentam os "parâmetros de referência de aprendizagem" e indicam "padrões, insumos e processos eficazes que permitam avançar no rendimento escolar", o que pode mobilizar "a opinião pública a favor da educação" (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, p.10).

Além disso, o IDEB se vale de um sistema de avaliação, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que, implantado pelo Inep ainda na década de 1990, possibilitou que os sistemas de ensino pudessem ser avaliados e comparados quanto à aprendizagem de seus alunos, e não apenas quanto à capacidade de atendimento por meio da expansão da rede de ensino. É verdade que com a incorporação dos objetivos de responsabilização, criação do IDEB e a definição de metas, o PDE expandiu o papel da avaliação em larga escala à condição de um dos pilares da política educacional e dispõe de um indicador que não apenas mede e monitora os resultados, mas também informa, objetivamente, um conceito abstrato. O IDEB indica com um único número, expresso na escala de 0 a 10, a qualidade da educação de escolas, redes e sistemas estaduais e municipais de ensino, permitindo comparar as unidades avaliadas e acompanhar a evolução do indicador ao longo do tempo, desde sua primeira edição em 2005.

Desse modo, como observaram Alves e Soares (2013, p. 180) tem o "papel de indutor de políticas para melhoria da educação". Com efeito, o IDEB possibilita identificar o que

precisa ser feito para alcançar a qualidade, vale dizer, oferece elementos para que os entes federados cumpram as metas acordadas quando aderiram, voluntariamente, ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, de alcançar em 2021, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, IDEB 6,0, nos anos finais, 5,5 e no Ensino Médio, 5,2.

Nas sete edições do IDEB (2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015 e 2017), a situação, conforme dados expostos na Tabela 1, é a seguinte: nos anos iniciais do ensino fundamental, o IDEB, passou de 3,8 em 2005, para 5,8; nos anos finais do ensino fundamental de 3,5 para 4,7; e no ensino médio de 3,4 para 3,8.

Tabela 1 - Ideb observado entre 2005 e 2017 – Brasil

Etapas do Ensino	IDEB OBSERVADO							Diferença 2005/2017
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	
Anos iniciais do ensino fundamental	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	5,8	2,0
Anos finais do ensino fundamental	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	4,5	4,7	1,2
Ensino médio	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,7	3,8	0,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados INEP

Verifica-se que enquanto os anos iniciais do ensino fundamental tiveram o seu IDEB aumentado em 2,0 e os anos finais em 1,2 pontos, a elevação no ensino médio foi de 0,4 pontos. Além disso, as diferenças entre os níveis de ensino que eram de menos 0,3 pontos da 1ª para a 2ª etapa do ensino fundamental e de 0,1 da 2ª etapa do ensino fundamental para o ensino médio, passaram para 1,1 e 0,9 pontos, evidenciando que a melhoria da qualidade foi maior na primeira etapa do ensino fundamental e que o ensino médio, praticamente, não sofreu alteração.

É verdade que nas metas intermediárias estabelecidas quando da elaboração do Índice (FERNANDES, 2007) previam-se essas diferenças. Contudo, como pode ser observado na Tabela 2, eram não apenas menores (0,1 entre a primeira e a segunda etapa do ensino fundamental e 0,2 entre a segunda etapa do ensino fundamental e o ensino médio), como se sinalizava a equiparação da qualidade entre as etapas da educação básica.

Tabela 2 - Metas do IDEB 2007 a 2017 – Brasil

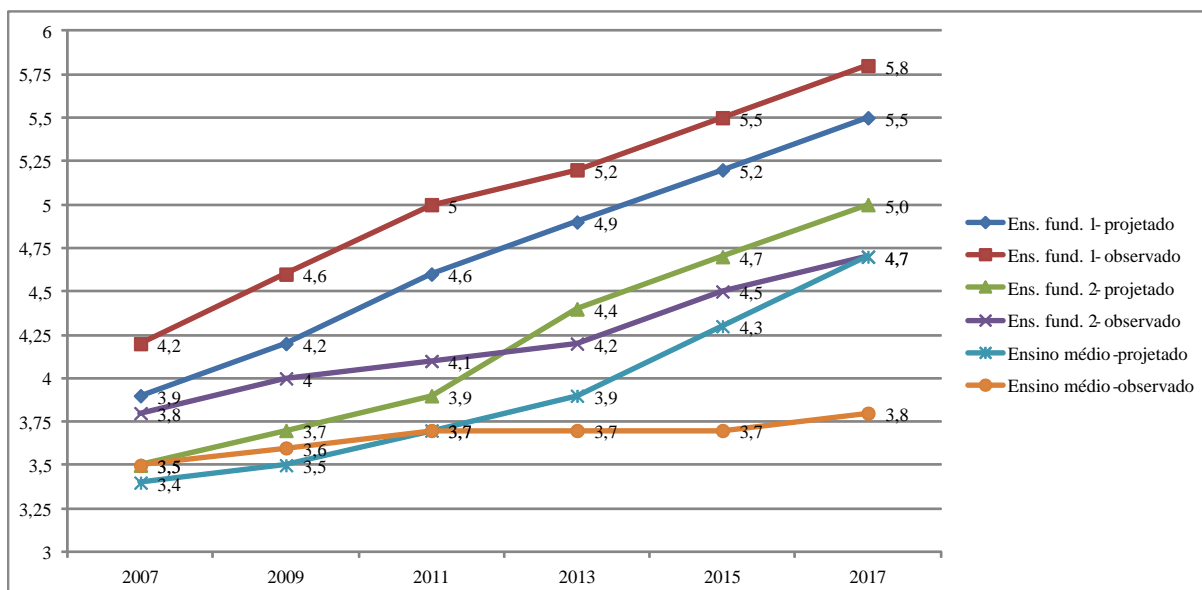
Etapas do Ensino	METAS						Diferença 2017/2007
	2007	2009	2011	2013	2015	2017	
Anos iniciais do ensino fundamental	3,9	4,2	4,6	4,9	5,2	5,5	1,6
Anos finais do ensino fundamental	3,5	3,7	3,9	4,4	4,7	5,0	1,5
Ensino médio	3,4	3,5	3,7	3,9	4,3	4,7	1,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados INEP

Por conseguinte, a projeção feita pelo Inep quando da definição das metas intermediárias de que as redes de ensino deveriam "contribuir para a redução das desigualdades em termos de qualidade educacional" (FERNANDES, 2007, p.1), não se concretiza, registrando-se maior esforço no ensino fundamental, sobretudo na primeira etapa.

É verdade que as metas, como exposto no Gráfico 1, foram até superadas em quase todos os anos, salvo em 2013 e 2015 nos anos finais e no ensino médio, contudo, em valores muito reduzidos.

Gráfico 1 - IDEB projetado (meta) e observado por etapa do ensino



Fonte: Elaboração própria a partir de dados MEC/INEP

Observa-se (Tabela 3) que as metas foram ultrapassadas nos anos iniciais em 0,3 pontos, salvo em 2009 e 2011 que se elevou 0,4 pontos além do projetado. Nos anos finais, também se registra crescimento além do esperado, em 0,3 em 2007 e 2009 e em 0,2 pontos em 2011, contudo, a meta não é alcançada, a partir de 2013, ficando abaixo o projetado primeiro em 0,2 pontos (2013 e 2015) e depois em 0,3 pontos em 2017. No ensino médio, a ultrapassagem da

meta em 0,1 pontos nos anos de 2007 e 2009, não se registra desde 2011, quando alcançou a meta desejada, ficando aquém do esperado, primeiro em 0,2 pontos (2013), depois em 0,6 em 2015 e, por último, 0,9 em 2017.

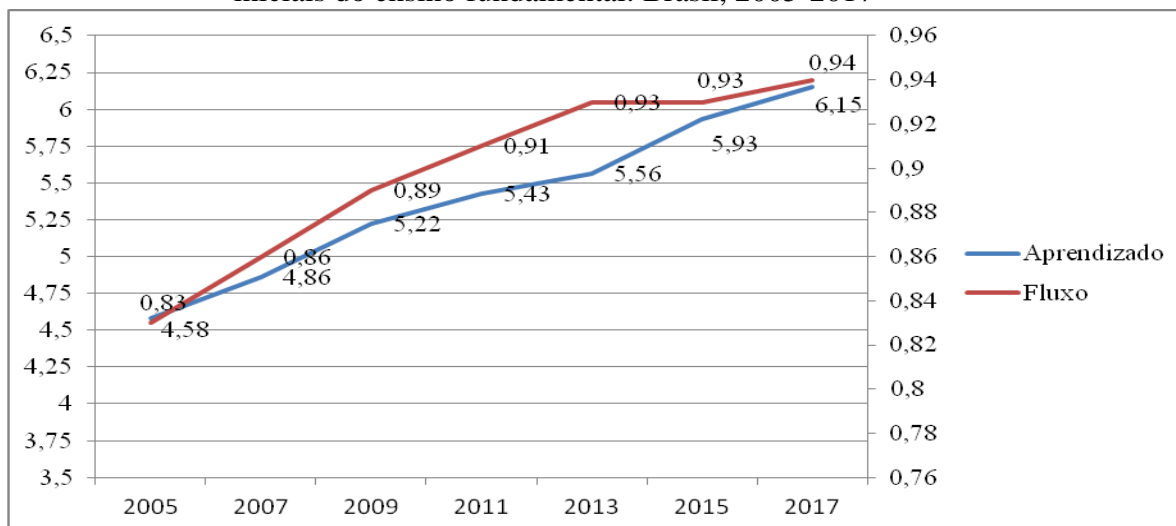
Tabela 3 - Diferença entre o IDEB observado e o planejado

Anos de avaliação	E. F- Anos iniciais	E. F. - anos finais	Ensino médio
2007	0,3	0,3	0,1
2009	0,4	0,3	0,1
2011	0,4	0,2	0,0
2013	0,3	-0,2	-0,2
2015	0,3	-0,2	-0,6
2017	0,3	-0,3	-0,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados MEC/INEP

Evidencia-se, por um lado, a melhoria da qualidade do ensino fundamental, notadamente dos anos iniciais, inclusive acima do esperado, vez que as metas foram superadas ano a ano, por outro, os problemas enfrentados no ensino médio que se distanciou do ensino fundamental e não alcançou as metas. A análise desses resultados com base nos seus componentes — aprendizagem (nota padronizada em Português e Matemática conforme a Prova Brasil) e fluxo (taxa de aprovação) — mostra comportamento distinto entre esses fatores em cada etapa de ensino. Na etapa inicial do ensino fundamental, como evidenciado no Gráfico 2, verifica-se que a aprendizagem e fluxo crescem até 2013, mas em 2015, enquanto a aprendizagem passa de 5,56 para 5,93, o fluxo permanece em 0,93 e em 2017, a aprendizagem chega a 6,15, o fluxo eleva-se em 0,1 ponto.

Gráfico 2 - Nota SAEB (aprendizado) e taxa de aprovação (fluxo) nos anos iniciais do ensino fundamental: Brasil, 2005-2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados MEC/INEP

O desempenho na Prova Brasil (variação de 1,57 entre 2005 e 2017) tem compensado a manutenção do fluxo (variação de 0,11), como atestam os resultados de 2013 a 2017, quando, a taxa média de aprovação (fluxo), permaneceu igual, 2013 e 2015, ou quase igual, 2017, mas o aprendizado cresceu, como se mostra na Tabela 4, elevando o IDEB.

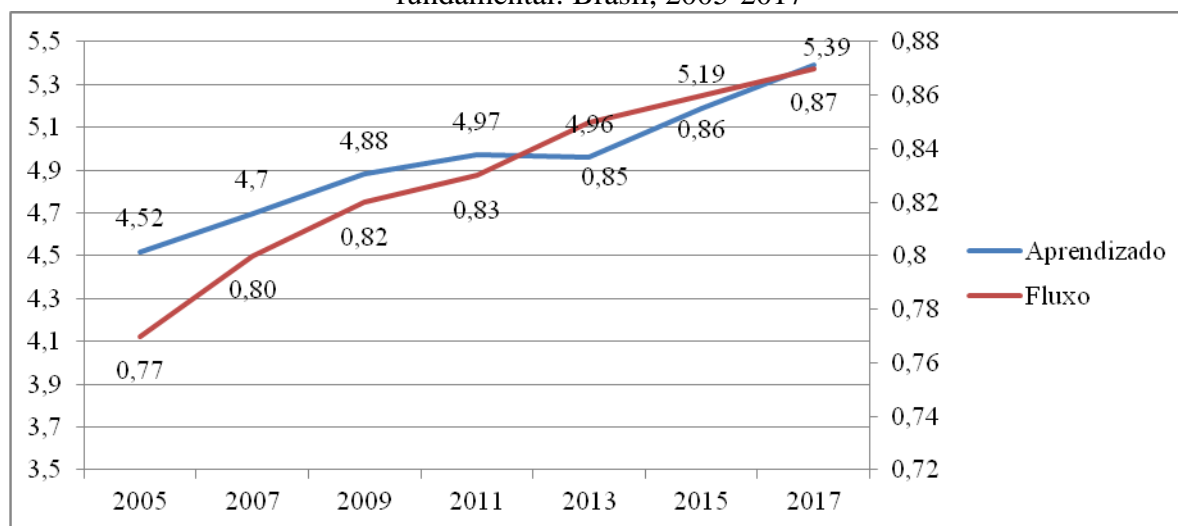
Tabela 4. Nota SAEB (aprendizado) e taxa de aprovação (fluxo) nos anos iniciais do ensino fundamental: Brasil, 2005-2017

Anos	Aprendizado	Fluxo	IDEB
2005	4,58	0,83	3,8
2007	4,86	0,86	4,2
2009	5,22	0,89	4,6
2011	5,43	0,91	5,0
2013	5,56	0,93	5,2
2015	5,93	0,93	5,5
2017	6,15	0,94	5,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados MEC/INEP

Na etapa final do ensino fundamental, como exposto no Gráfico 3, os dois componentes têm crescido todos os anos, salvo em 2013, ano em que o aprendizado reduziu de 4,97 para 4,96. Mas, ao longo do período enquanto a aprendizagem variou 0,87 de 2005 a 2017, o fluxo, variou 0,1 pontos.

Gráfico 3 - Nota SAEB (aprendizado) e taxa de aprovação (fluxo) nos anos finais do ensino fundamental: Brasil, 2005-2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados MEC/INEP

Isso fez com que o crescimento no período, tenha sido de 0,1 (2009/2011 e 2011/2013), 0,2 (2007/2009 e 2015/2017) ou 0,3 (de 2005/2007 e 2013/2015), refletindo o desempenho reduzido dos dois fatores, especialmente do fluxo.

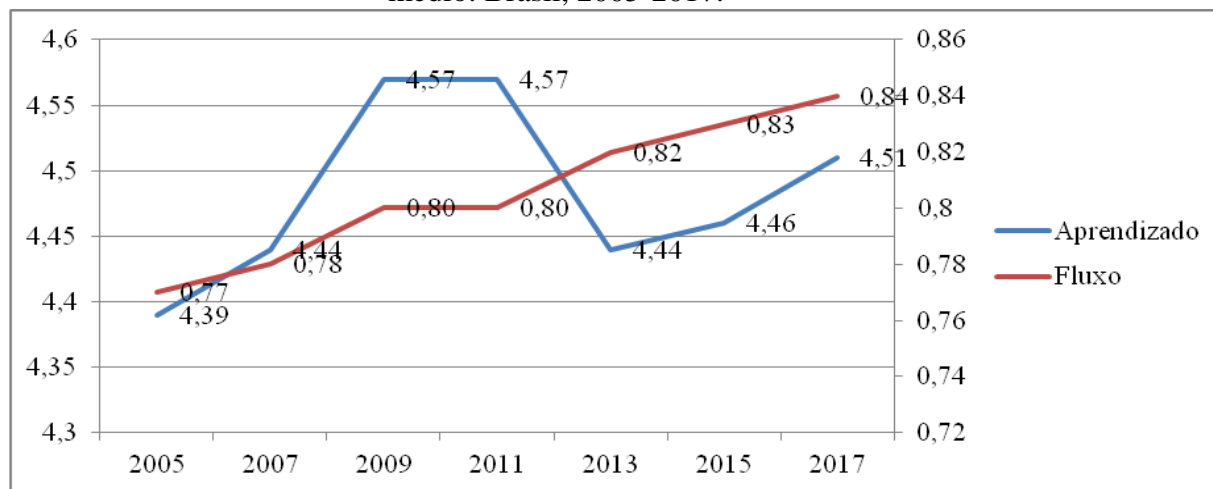
Quadro 5. Nota SAEB (aprendizado) e taxa de aprovação (fluxo) nos anos finais do ensino fundamental: Brasil, 2005-2017

Anos	Aprendizado	Fluxo	IDEB
2005	4,52	0,77	3,5
2007	4,7	0,80	3,8
2009	4,88	0,82	4,0
2011	4,97	0,83	4,1
2013	4,96	0,85	4,2
2015	5,19	0,86	4,5
2017	5,39	0,87	4,7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados MEC/INEP

No ensino médio, como se demonstra no Gráfico 4, os dois componentes crescem até 2009, depois, em 2011, ficam estagnados. Em 2013, a aprendizagem reduz e o fluxo aumenta e, a partir de 2015, ambos crescem, sendo, o do fluxo ainda que reduzido — de 0,2 de 2011/2013 e de 0,1 nos anos subsequentes, praticamente, contínuo, e o da aprendizagem com pequenos aumentos — 0,02 de 2013 para 2015 e de 0,05 de 2015 para 2017 e redução de 0,13 de 2011 para 2013. Ao longo do período, enquanto a aprendizagem se elevou 0,12 pontos, o fluxo aumentou 0,07.

Gráfico 4. Nota SAEB (aprendizado) e taxa de aprovação (fluxo) no ensino médio: Brasil, 2005-2017.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados MEC/INEP

O IDEB, como demonstrado na Tabela 6, cresceu 0,1 pontos em 2005/2007, 2007/2009, 2009/2011 e 2015/2017 e de 2011/2015 ficou estagnado, refletindo, as reduzidas alterações da aprendizagem e/ou do fluxo e ou a manutenção desses fatores.

Tabela 6 - Nota SAEB (aprendizado) e taxa de aprovação (fluxo) no ensino médio: Brasil, 2005-2017

Anos	Aprendizado	Fluxo	IDEB
2005	4,39	0,77	3,4
2007	4,44	0,78	3,5
2009	4,57	0,80	3,6
2011	4,57	0,80	3,7
2013	4,44	0,82	3,7
2015	4,46	0,83	3,7
2017	4,51	0,84	3,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados MEC/INEP

Evidencia-se que, enquanto nos anos iniciais do ensino fundamental aprendizagem e fluxo crescem – este, inclusive, chegando próximo dos 0,96 considerado ótimo no cálculo do IDEB, nos anos finais, as alterações nos dois fatores são pequenas, sendo a da aprendizagem maior que a do fluxo. No ensino médio, também há crescimento de aprendizagem e fluxo, mas muito reduzido, evidenciando pouca alteração ao longo do período estudado, tanto num fator quanto no outro.

Desse modo, evidencia-se a complementaridade entre aprovação (fluxo) e aprendizagem exigida pelo IDEB para que uma educação seja de qualidade, inclusive, como esta é influenciada por cada um dos fatores. Na educação básica brasileira, o IDEB mostrou que há problemas na aprendizagem e no fluxo, sendo esses maiores no ensino médio do que nos anos finais do ensino fundamental, e nestes, maior do que nos anos iniciais, o que significa que a qualidade diminui à medida que se avança nos níveis de escolaridade.

Conclusão

Este texto examinou a qualidade da educação que passou a integrar a agenda decisória do governo, a partir de 2007, com a instituição do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, identificando, por meio de pesquisa documental, seus sentidos e resultados obtidos com a medição feita pelo IDEB de 2005 a 2017.

Constatou-se que no Plano de Desenvolvimento da Educação, qualidade é aprendizagem, entendida, por um lado, com o que é necessário fazer para que essa seja feita e, por outro, o desempenho dos alunos, aproximando-se dos sentidos de qualidade

historicamente presentes na sociedade brasileira (acesso à escola, fluxo ou progressão e desempenho), mas acrescentando-lhe a responsabilização (do Estado, sociedade e família), e as expectativas e produtos.

Esses fatores compõem a medida da qualidade, o IDEB, sendo a aprendizagem informada pelo desempenho dos alunos nos anos finais de cada etapa da educação básica em Língua Portuguesa e Matemática na Prova Brasil, e a aprovação ou fluxo pelo Censo Escolar. Desde 2005, quando se iniciou a medição, a qualidade apresentou não apenas valores diferentes em cada etapa da educação básica, maior nos anos iniciais do que nos finais, e nestes, maior do que no ensino médio, como também crescimento desigual com o ensino fundamental, especialmente, a primeira etapa, com melhores resultados tanto na aprendizagem quanto no fluxo, enquanto o ensino médio se manteve, praticamente, com as taxas iniciais.

Portanto, a qualidade na educação básica brasileira aferida pelo IDEB, por meio das avaliações internas ou externas (Prova Brasil), não tem alcançado a que foi projetada, tanto em face da aprovação quanto do desempenho escolar.

Referências

ALVES, Maria Teresa Gonzaga, SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a12.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 10 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em 10 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato/2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2008-2011**: projeto de lei. Brasília, 2007a

BRASIL. Decreto Presidencial n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília DF, 24 abr. 2007b. Seção 1, p. 5-6.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas.**2007c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>> . Acesso em 28 jun. 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **Qualidade da Educação: conceitos e definições.** Brasília, DF: INEP, 2007. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf>. Acesso em 10 jul. 2018.

Fernandes, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb):** Metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas. Brasília (DF), 2007. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_sao_as_metas/Artigo_projeto_coes.pdf>. Acesso em 06 jul. 2018.

INEP. **IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepc_aoIDEB.pdf. Acesso em 04 jul. 2018.

INEP. **Microdados:** Saeb: Aneb/Prova Brasil [Base de dados]. [2005-2015]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>>. Acesso em 06 jul. 2018.

INEP. **Estatísticas do IDEB.** Disponível em: <<http://provabrasil.inep.gov.br/web/guest/cenario-educacional>> Acesso em 09 de set. 2018.

MELLO, Guiomar Namó de. **Educação escolar brasileira: o que trouxemos do século XX.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Estado e política educacional no Brasil: desafios do século XXI.** 2006. 161p. Tese (livre-docência). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS. Betisabel Vilar de Jesus. Qualidade da educação: consensos e dissensos entre o discurso oficial e dos seus críticos. **Interfaces Científicas** – Educação, Aracaju, v.2, n.1. p. 71-81. out. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/download/1077/478>> Acesso em 04 jul. 2018.